

Processo: **00249-2004-002-10-00-5 RO** (Acórdão 2ª Turma)
Origem: 2ª Vara do Trabalho de BRASÍLIA/DF
Juiz(a) da Sentença: Gilberto Augusto L. Martins
Relatora: Desembargadora Flávia Simões Falcão
Revisor: Desembargador Mário Macedo Fernandes Caron
Julgado em: **17/08/2005**
Publicado em: **02-Set-2005**
Recorrente: Furnas Centrais Elétricas S/A
Advogado: Lycurgo Leite Neto
Recorrido: Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região
Advogado: Soraya Tabet Souto Maior

Acórdão do(a) Exmo(a) **Desembargadora Flávia Simões Falcão**

EMENTA

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. VALOR DAS PROVAS. O "...inquérito civil é procedimento pré-processual que se insere na esfera do direito processual civil como procedimento, à semelhança do que sucede com relação ao inquérito policial em face do direito processual penal...." (STF-ADI 1285 MC/SP. Min. MOREIRA ALVES). Aplicado às relações de trabalho, tem a finalidade de investigar "...a ocorrência de lesão à ordem jurídica laboral, fornecendo elementos para uma possível ação civil pública" (Ives Gandra Martins Filho, em Ação Civil Pública Trabalhista, pg. 41). Em face de sua natureza essencialmente inquisitiva, os elementos probatórios colhidos no curso do Inquérito têm valor relativo. Porém, só poderão ser desconsiderados se superados por outras provas produzidas perante o Juiz. Precedente do STJ.

PODER DIRETIVO PATRONAL. ABUSO DO DIREITO. Restando provado pelos depoimentos no Inquérito Civil Público e ante a admissão da própria empresa que esta **pressionou funcionários a desistirem de ação trabalhista, que demitiu e transferiu empregados em função dessa situação e que outros perderam cargo comissionado pelo mesmo motivo**, conclui-se que houve abuso no poder diretivo patronal, que tal comportamento ofende, por extensão, toda a coletividade dos trabalhadores e que a empresa também agiu com violência ao direito subjetivo de postular a tutela jurisdicional, constitucionalmente assegurado como garantia fundamental.